

## EDITORIAL

# Resistência e luta em defesa da democracia e da liberdade

A menos de uma semana do segundo turno das eleições, um sombrio horizonte paira sobre as brasileiras e os brasileiros. Muito mais do que a polarização entre a esquerda e a direita, está em jogo um projeto de sociedade e a própria democracia do nosso país.

Em pronunciamento realizado logo após o 1º turno das eleições, o candidato Jair Bolsonaro, primeiro colocado nas pesquisas eleitorais, em meio a declarações de que busca a paz e a unificação nacional, afirmou: “(...) Vamos botar um ponto final em todos os ativismos do Brasil”.

O jornalista Leonardo Sakamoto, em texto publicado no dia seguinte, questionou a declaração. Ativismo político, estudantil, sindical, empresarial, social, cultural? De direitos humanos, indo contra as leis brasileiras e os tratados internacionais que o país assinou? Ativismo, que significa a militância da sociedade voltada a mudar o que considera errado e apoiar o que acha certo? Se for isso, “o candidato propôs tolher a liberdade”, avaliou o colunista.

Não satisfeito, Bolsonaro voltou às redes sociais no domingo, 22, ameaçando àqueles que chamou de “vermelhos”, numa clara menção à oposição de esquerda. “Ou vão pra fora do país, ou vão pra cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, disse.

Estaria o nosso país condenado a uma agenda fascista, autoritária e excludente? Para o Sindieletro a resposta é não.

Lembremos, companheiras e companheiros, que a linha que separa o ultranacionalismo do fascismo é tênue, quase imperceptível, mas não é invisível. Todos têm direito a um país justo, democrático e inclusivo, com a garantia de direitos políticos e sociais. E, por isso, cabe à sociedade civil dizer um altivo e sonoro não a declarações desse tipo.

O respeito à divergência de ideias é um pressuposto fundamental para a democracia. Subjugar a opinião alheia, negar voz às minorias é compactuar com ideários fascistas. Qual o tipo de governo – ou de governante – propõe acabar com a oposição? Ao longo da história temos exemplos da barbárie que significa esse tipo escolha.

Por isso, defendemos um Brasil livre e para todos! Um país onde negros não sejam comparados a gado, onde mulheres não sejam expostas à cultura do estupro e nem ganhem menos “porque engravidam” e onde ninguém tente impor mudança de orientação sexual de outro na base da pancada, como se isso fosse possível.

Sonhamos, sobretudo, com uma nação em que a classe trabalhadora possua direitos e não perca suas conquistas. Um país civilizado em que as ameaças, a tortura e o fuzila-

mento não sejam tolerados e muito menos ostentados por quem quer que seja.

No dia 28 de outubro teremos que fazer a opção definitiva entre a democracia e a barbárie, com a consciência de que nosso voto será a resistência onipresente contra o menor sussurro de fascismo. O Brasil é maior que isso e cabem em nosso país os ideais de respeito e de desenvolvimento verdadeiro, com emprego, saúde e educação.

Será um pleito difícil. No plano estadual mineiro não há, neste segundo turno, opção consoante com os pressupostos que sempre defendemos como entidade sindical cidadã. Por isso, após avaliação realizada em conjunto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Quem Luta Educa e com a Frente Brasil Popular, vislumbramos que a melhor escolha, nesse momento, é a defesa de um projeto democrático e popular para o país.

Mesmo num cenário pós-golpe, continuamos de pé, cabeça erguida, confiantes e resistindo bravamente nesta luta.

Que entre as figuras simbólicas do professor e do defensor da tortura e de torturadores, saibamos distinguir com clareza aquela que representa o projeto que nos conduzirá para o futuro, ao invés de nos enterrar de vez no passado.

Se o ódio ganhar nas urnas, todos sairão perdendo.

**Democracia, direitos, liberdade, igualdade e justiça social, sim!**

# Primeiras assembleias apontam rejeição da proposta da Cemig

Na segunda-feira, 22 de outubro, o Sindieletro iniciou em todo o Estado uma série de assembleias para debater e votar a proposta da gestão da Cemig para a PLR 2019, com pagamento previsto para 2020.

Com as primeiras discussões apontando para a rejeição da proposta e pela decisão de retomar as negociações, a hora é de cobrar da Cemig diálogo e celeridade. Para o Sindicato, há plena condição de negociar uma PLR melhor antes do final do ano.

Como destacou o secretário Geral do Sindieletro, Vander Meira, durante assembleia no AR. “Temos até o mês de dezembro para fechar um o acordo de PLR, defendendo a distribuição linear, o montante calculado a partir da Lajida, com indicadores e metas que sejam de conhecimento e podem ser administrados pelos trabalhadores. Do jeito que está na proposta, o trabalhador não tem controle sobre esses parâmetros”, disse o dirigente.

Antes das assembleias, o Sindieletro, com o apoio do Dieese, analisou detalhadamente a proposta e concluiu que a Cemig tem plenas condições de aumentar o valor da PLR, que é uma bonificação autofinanciável que os trabalhadores só recebem a partir dos resultados gerados pela empresa.



Montes Claros

## NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Durante a assembleia na Sede, o coordenador da Regional Metropolitana, Arcângelo Queiroz, ressaltou que desde o primeiro turno das eleições, o Comitê não negocia com os sindicatos e que o melhor caminho é fazer pressão para que a empresa retome o diálogo sobre a PLR e a negociação coletiva.

Arcângelo reafirmou que, junto com a cobrança pela melhoria da proposta de PLR, é preciso cobrar a verba de R\$ 37 milhões, que foi garantida pela gestão da Cemig em negociações anteriores como forma de recompor a remuneração dos eletricitários (as) que ficaram sem PLR em 2017.

Na base Itambé, o diretor do Sindieletro e também secretário geral da CUT/Minas, Jairo Nogueira Filho, destacou que o Sindicato negocia com a Cemig, desde junho do ano passado, esse bônus para recompor a remuneração global dos trabalhadores que ficaram sem a

Participação nos Lucros. “É uma pauta legítima que estamos cobrando da empresa”, frisou.

Nas rodadas de negociação realizadas anteriormente, após garantir a verba, a gestão da Cemig colocava como entrave apenas a necessidade de um parecer jurídico sobre o assunto. Por isso, nas assembleias temos tentado construir, junto com os trabalhadores, uma forma justa e legal de efetuar a distribuição.

“Uma das formas que surgiram a partir das discussões com os trabalhadores foi de negociar esse bônus em substituição à PLR 2017 junto com a PLR 2019. E a partir daí, antecipar uma parcela para a categoria”, explica o coordenador geral do Sindieletro, Jefferson Silva. “Estamos avaliando e tentando todas as possibilidades”, completa.

A expectativa do Sindicato é de obter, durante esta semana, a reabertura das negociações.

Assembleias continuam até quinta-feira (25). Participe na sua Regional!



Anel Rodoviário



Patos de Minas



Sede

## DEBATE

# Trabalhadores discutem eleições e os rumos do país

A discussão das eleições para o Governo do Estado e para a Presidência da República também é tema das assembleias. Jairo Nogueira destacou que a Central Única dos Trabalhadores em Minas decidiu não apoiar nenhum dos candidatos ao governo neste segundo turno.

Ele justificou que os dois postulantes que disputam o governo em Minas defendem propostas de privatização ou sucateamento de empresas públicas, inclusive com base na terceirização irrestrita para o setor público, aprovada pelo governo Temer. Na avaliação da Central, os trabalhadores deverão ser oposição e fazer a luta contra a agenda neoliberal.

No Anel Rodoviário, Vander Meira fez

avaliação semelhante sobre as perspectivas ao governo mineiro. “Os projetos dos candidatos ao governo do Estado não são os defendidos pelos trabalhadores, já que Anastasia representa um partido historicamente ligado à agenda privatista, enquanto Zema assumiu publicamente que seu projeto é vender a Cemig e outras empresas públicas”.

Jairo Nogueira destacou que o governo ilegítimo de Temer pressionou Pimentel a Privatizar a Cemig e a Copasa, condicionando a venda à liberação de verbas para o Estado, mas Minas se negou a privatizar. “Não duvidem que isso voltará a acontecer caso Bolsonaro, um privatista assumido, ganhar as eleições”, completou.



# Confira análise comparativa Fernando Haddad e Jair Bolsonaro

O Sindieletró avaliou e também ouviu diversos trabalhadores representantes do setor energético sobre os programas dos candidatos Fernando Haddad e Jair Bolsonaro para a área energética. A partir das avaliações, fica claro o antagonismo entre os dois modelos propostos: de um lado, uma plataforma desenvolvimentista, com participação pública e social e valorização dos interesses soberanos da nação.

Do outro, a aposta numa receita conservadora, com um verdadeiro “choque liberal” no setor, por meio de privatizações, atrelamento de preços ao mercado internacional e flexibilização regulatória. Confira a seguir:

## Setor Elétrico

### Fernando Haddad (Págs 38, 49 e 50)

O programa do candidato Fernando Haddad é contra a venda das empresas públicas, sobretudo as que são consideradas “estratégicas”, caso do setor energético. Ele defende um programa para o setor baseado no uso dos nossos recursos naturais como forma de garantir o desenvolvimento do Brasil.

Haddad afirma que a Eletrobrás retomará o seu papel estratégico no sistema elétrico brasileiro, contribuindo para a expansão da geração e a transmissão de energia. Entre as ações, estão o fortalecimento do Programa Reluz e expansão do Programa Luz para Todos na Amazônia.

O candidato propõe a sustentabilidade e a soberania na área de energia com: 1) A retomada do controle público sobre o setor; 2) A interrupção das privatizações e a diversificação da matriz elétrica, direcionando investimentos para expandir a geração com energias renováveis (solar, eólica e de biomassa); 3) Tarifas justas; 4) A participação social no setor.

Caso eleito, propõe investir na modernização do atual sistema elétrico, sobretudo nas usinas geradoras. Também propõe a incorporação de tecnologias na área de transmissão, com redes elétricas inteligentes e a busca do aumento da eficiência energética.

Nesses empreendimentos energéticos, Haddad prevê não apenas a compensação financeira pelo dano ambiental, mas também a possibilidade de que indígenas, quilombolas e ribeirinhos possam se tornar sócios dos empreendimentos, gerando emprego e renda local.

Além disso, também traz como metas a instalação de 500 mil kits fotovoltaicos por ano e a estimulação da micro e da mini-geração de energias renováveis, através da venda do excedente de energia gerada por residências, comércio e indústria.

### Jair Bolsonaro (Págs 71 a 75)

O programa do candidato Jair Bolsonaro promete literalmente um “choque liberal no setor”, reduzindo a participação do Governo na tomada de decisões.

O candidato critica genericamente a ‘judicialização causada por decisões arbitrárias’, o sucateamento do Eletrobrás, os conflitos de interesses, ineficiências na geração e excessivos encargos, mas não apresenta medidas concretas para os temas.

Também de forma genérica, o documento afirma que é preciso gerar oportunidades aos pequenos empreendedores e criar centenas de milhares de empregos no Brasil; e que a oferta de energia precisa ser confiável, “a preços justos e competitivos internacionalmente.”

Nesse quesito, o programa não leva em conta as diferenças entre as matrizes energéticas do Brasil (principalmente hídrica) e de outros mercados, como os europeu e norte americano, que são muito dependentes de matrizes termoeletricas e nucleares.

Com relação à dependência brasileira das térmicas a óleo e carvão em períodos de estiagem, o documento afirma que esse é um fator que eleva os preços e a ocorrência de blecautes (apagões) regionais, mas carece de alternativas objetivas ao atual modelo.

Como opção, o aponta para as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH’s) e propõe como solução que as licenças ambientais desses empreendimentos sejam avaliadas em um prazo máximo de até três meses. Entretanto, não diz como lidar com os atingidos pelas barragens e nem com a preservação do meio ambiente nesses locais.

Por fim, o plano do candidato cita o Nordeste como região com grande potencial para desenvolvimento de “fontes de energia renovável, solar e eólica”.

# iva entre os programas de onaro para o setor energético

## Petróleo e Gás

### Fernando Haddad (Págs 38, 49 e 50)

Com relação ao setor de combustíveis, o governo Haddad anuncia que devolverá à Petrobrás sua função de agente estratégico do desenvolvimento brasileiro, garantindo-a como empresa verticalizada: atuação na exploração, produção, transporte, refino, distribuição e revenda de combustíveis.

Para alcançar o objetivo de devolver o petróleo para os brasileiros, o candidato pretende interromper a venda de ativos estratégicos da Petrobrás.

Haddad defende a criação de um sistema integrado, com a Petrobras usando toda a tecnologia que possui para atuar como empresa energética num sentido mais amplo no ramo de petróleo e biocombustíveis, fertilizantes, gás natural e, sobretudo, a petroquímica.

Na perspectiva de abastecer o mercado interno e exportar, Haddad propõe que o parque de refino deixe de ser ocioso e seja ampliado, garantindo o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional.

A política de preços de combustíveis da Petrobras será reorientada e o mercado brasileiro será aberto às importações, mas será garantido preço estável e acessível para o consumidor brasileiro.

Outra proposta é a criação do “Programa Gás a Preço Justo”, que visa garantir que o preço do gás caiba no bolso das famílias novamente. O candidato também é contra a terceirização irrestrita no setor público, aprovada recentemente no governo Temer, e que inclui estatais do setor energético.

### Jair Bolsonaro (Págs 71 a 75)

A premissa da política econômica de Bolsonaro, como já foi dito pelo seu economista Paulo Guedes, seria uma forte redução do Estado e um agressivo programa de privatização que não pouparia a Petrobrás e suas subsidiárias.

Com relação à exploração do petróleo, o programa de governo de Bolsonaro diz textualmente que serão removidas as exigências de conteúdo local - uso de plataformas fabricadas no Brasil para a atividade de extração.

A proposta é contraditória, pois afirma que sem a exigência, a indústria local crescerá nestes polos. Não leva em conta, por exemplo, que as empresas poderão importar as plataformas.

No programa de Bolsonaro a Petrobrás, ao invés de indutora de desenvolvimento nacional, terá como preocupação central gerar lucros e dividendos para os acionistas, realizando apenas investimentos lucrativos do ponto de vista financeiro, não levando em conta o aspecto desenvolvimentista que a empresa representa para o país.

Com Bolsonaro, também cairia o monopólio estratégico sobre a cadeia de produção de gás. Mediante a desverticalização e desestatização do setor, ficarão livres o acesso e o compartilhamento dos gasodutos de transporte por distribuidoras e transportadoras de gás natural que atuariam de modo independente, através de empresas que atuariam num mercado ata-

cadista totalmente privatizado.

Outro ponto polêmico explícito no programa é a manutenção da política de preços de combustíveis atrelada aos valores do mercado internacional. Esse modelo, implementado no Governo Temer e que gerou a maior greve de abastecimento da história brasileira, penaliza o trabalhador - que não recebe em dólar - e favorece os acionistas da Petrobras que, na maioria dos casos, são os fundos de previdência americanos.

Por causa dessa política, em apenas dois anos o preço da gasolina foi de R\$ 2,70 para quase R\$ 5, e o botijão de gás de cozinha de R\$ 40 para R\$ 85. De acordo com Bolsonaro, o combate a estas flutuações de curto prazo seria feito através de mecanismos de ‘hedge’, mas não apresenta nenhuma proposta objetiva.

O candidato também promete, de forma genérica, promover a competição no setor de óleo e gás, beneficiando os consumidores, além de ‘rediscutir com os tributos sobre os combustíveis, transferindo o ônus para os governadores.

No programa Bolsonaro também há a sinalização de Privatizações para que o Estado faça caixa e atraia investidores internacionais. A intenção seria vender uma parcela da capacidade de refino da Petrobras, varejo, transporte e outras atividades, abrindo espaço para a entrada de empresas estrangeiras no setor.

# O fim do Apartheid e o Brasil do Real

Em Fevereiro de 1994, Sindieleto e Senge promovem um debate na Cemig sobre a privatização do setor elétrico, participam do evento o então presidente da empresa, Carlos Eloy e o físico, Luiz Pinguelli Rosa. Durante o ano, foram várias as mobilizações da categoria em defesa do setor e contra os apagões.

presidente e transformou-se em símbolo de resistência e da luta contra o racismo.

No cinema, Steven Spielberg recebia o seu primeiro Oscar pelo trabalho emocionante no filme 'A Lista de Schindler', que retratou os horrores, mas também a esperança na luta contra o Nazismo.

Em 1994, o XII Congresso dos Urbanitários aprovou a criação da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), entidade nacional da categoria. Em assembleia, os eletricitários (as) de Minas confirmaram a filiação do Sindieleto à entidade.

A Intersindical Eletricitária, formada pelo Sindieleto e pelo extinto Sindelt – sindicato da categoria no triângulo mineiro - organizam mobilizações para cobrar da Cemig reposição das perdas salariais provocadas pela URV.



No mesmo mês, com Itamar Franco à frente do Planalto e sob a coordenação política de Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda, através da Medida Provisória 434, era lançado o Plano Real, que visava o controle da hiperinflação que assolava o país.

Pouco tempo depois, FHC era eleito presidente do Brasil sob a bandeira do controle inflacionário. Entretanto, o que se viu nos anos seguintes foi o aumento dos juros, forte recessão, desemprego, miséria e fome, além da falência de várias empresas. Foi também nesse período que assistimos à Privatização e entrega, a preço de banana, de várias empresas nacionais do setor elétrico, de telefonia, mineração, entre outros.

Voltando a 1994, em abril daquele ano acontecia a primeira eleição multirracial na África do Sul. Nelson Mandela, que passara 27 anos preso por causa da luta contra o Apartheid – regime de segregação racial – foi eleito

Na Cemig, enfim a caixa preta da Forluz começara a ser aberta. Tomaram posse, naquele ano, Jurandir de Carvalho e Grace Bastos, os primeiros representantes eleitos pelos eletricitários para a Diretoria de Relações com os Participantes.



Contra o autoritarismo da empresa, eletricitários do Anel Rodoviário lançam a 'Operação 759', onde os trabalhadores só entravam para trabalhar às 7h59. Sem avanços na Campanha Salarial, categoria vai à luta e realiza uma greve que durou seis dias.



**SINDIELETO-MG**  
Filiado à CUT

Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais  
Rua Mucuri, nº 271 - Bairro Floresta - Belo Horizonte/MG CEP: 30150-190

Departamento de Comunicação do Sindieleto-MG • **Diretores responsáveis:** Arcângelo Queiroz, Jefferson Silva e Vander Meira.

**Assessor de Comunicação:** Vinícius Avelar • **Edição:** Vinícius Avelar • **Redação:** Bendito Maia, Vinícius Avelar, Rosana Zica e Mariângela Castro. • **Diagramação:** Vinícius Avelar • **Cartunista:** Nilson • **Central de Informações:** Nízio Fernandes

**Telefones:** Sede: (31) 3238-5000 Fax: (31) 3238-5049 Regionais: Leste: (33) 3271-1200 - Mantiqueira: (32) 3333-7063 Metalúrgica: (31) 3238-5026 - Norte: (38) 3222-3600 - Oeste: (37) 3222-7611 - Triângulo: (34) 3212-5001 - Vale do Aço: (31) 3822-3003

**E-mail:** cinformacao@sindieletromg.org.br • **Distribuição exclusivamente eletrônica**